



ATA DA NONAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e treze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Senhor Deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, Primeiro e Segundo-Secretários, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária mista.

PRESIDENTE - Bom dia, Senhores Deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária mista. Solicito ao Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente! Quero saudar os Deputados presentes no início da sessão: Professor Rinaldo, Antonio Vaz, Pedro Kemp, Barbosinha, Renato Câmara, Amarildo Cruz, Evander Vendramini, Coronel David, Zé Teixeira, Gerson Claro e Marçal Filho, aniversariante do dia, a quem desejo um dia feliz, com muita saúde. Gostaria de saudar também os nossos colaboradores e quem nos acompanha pela TV, Rádio Assembleia e pela internet. Leitura da ata. *“Ata da Nonagésima Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul. Aos treze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e quinze minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a Presidência do Deputado Herculano Borges e secretariada pelo Deputado Zé Teixeira, Primeiro-Secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária mista.* **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata de número Cento e Quatro da Octogésima Nona Sessão Ordinária. Pelo Senhor Primeiro-Secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 39 a 41/2021, do Poder Executivo; Ofícios nºs 1.174 e 1.182/2021, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ofícios nºs 3.539 e 3.605/2021, do Governo do Estado de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 2.368/2021, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Deputados Marçal Filho, Amarildo Cruz, Renato Câmara, Lucas de Lima, Evander Vendramini, Lidio Lopes, João Henrique, Neno Razuk, Professor Rinaldo e Felipe Orro. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em discussão única e votação nominal on-line, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 269/2021, de autoria do Deputado João Henrique; Projeto de Resolução nº 46/2021, de autoria do Deputado João Henrique; Projeto de Resolução nº 47/2021, de autoria do Deputado Jamilson Name. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal on-line, o Projeto de Lei nº 274/2021, de autoria do Deputado Renato Câmara. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimentos de moções de pesar, de autoria da Casa, endereçadas aos familiares de Carlos Eduardo Longo de Faria e Farid Charbell Badaoui Afif. Indicações, apresentadas pelos Deputados Evander Vendramini, Herculano Borges e Neno Razuk. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra o Deputado Professor Rinaldo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, treze de outubro do ano de dois mil e vinte e um”. Senhor Presidente, foi lida a ata.

PRESIDENTE - Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Senhores Deputados, se pudéssemos analisar, eu gostaria de analisar, pois estou indeciso e vou precisar da ajuda de vocês. Tem um requerimento aqui que foi aprovado e eu vou ter que solicitar que seja derrubado. O requerimento é de uma grande amiga, líder do Governo, que quer que seja feita uma sessão para homenagear os dentistas. Foi aprovado aqui que não faríamos nenhuma sessão na Casa que envolvesse o público, para que não fosse colocada em risco a saúde dos funcionários, o Cerimonial, a TV Assembleia, a Rádio Assembleia, som, enfim, toda infraestrutura que vem atender a noite. Ficou acordado que ficaria proibido e foi aprovado pelo Plenário. Então, antes de começar a Sessão, peço que vocês pensem um pouco a respeito, porque, efetivamente, é uma coisa que não está dentro dos nossos preceitos aprovar. Não quero fazer isso sozinho, até pelo respeito que tenho pela líder do Governo, Deputada Mara Caseiro, porque nós decidimos em conjunto não fazer evento presencial na Casa até o dia 22 de dezembro. O único evento que faríamos, cujo proponente foi o Deputado Eduardo Rocha, seria a o da entrega do Título de Cidadão, sem convidados, pois de outra forma estaríamos desobedecendo ao que está preceituado na Ciência. Portanto, com a ajuda de vocês, nós vamos votar isso mais tarde, mesmo porque não sei quantos profissionais nós vamos receber na Casa, com todo respeito aos senhores dentistas, mas aqui o Plenário é soberano.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Senhor Presidente, eu acho que Vossa Excelência tem coerência no seu pronunciamento, porque se abrimos para um, teremos que abrir para todos.

PRESIDENTE - Temos que fazer justiça.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Eu acredito que a nossa colega vai entender.

PRESIDENTE - Eu também entendo assim. Vamos sugerir para que ela faça on-line. Os Deputados Zé Teixeira e Herculano Borges, vão me auxiliar para que a gente possa fazer on-line. Solicito ao Deputado Zé Teixeira que proceda à leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO - Bom dia, Senhor Presidente e nobres colegas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 14 de outubro de 2021: Ofícios nºs 2.997, 2.998 e 3.006/2021, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Gestão Urbana de Campo Grande, respondendo às indicações dos Deputados Coronel David e Pedro Kemp (Prot. nºs 22.569, 22.570, 22.571/2021); Ofícios nºs 10.0696 e 10.0697/2021, da Claro Telefonia S.A., respondendo às indicações do Deputado Felipe Orro (Prot. nºs 22.573, 22.574/2021). Foi lido o expediente, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos Senhores Deputados (*Uma indicação e uma moção de congratulação, de autoria do Deputado Amarildo Cruz. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado

expediente deste Poder ao Excelentíssimo Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a instalação de quebra-molas no Distrito de Itahum, na seguinte referência: MS-270, na altura do nº 2455 do Distrito de Itahum, no Município de Dourados, quebra-molas nos dois sentidos (Prot. nº 06428/2021). Requeiro à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Professor Jorge Antonio Dias, da disciplina de História, e ao aluno Dhyego Kaik Baptista Dutra, extensiva à direção colegiada e aos alunos do 2º ano G do ensino médio da Escola Estadual José Maria Hugo Rodrigues pelo planejamento, desenvolvimento e aplicação de uma metodologia ativa específica ao ensino de História, com participação dos alunos em sala de aula (Prot. nº 06412/2021). Quatro indicações, de autoria do Deputado Barbosinha. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder aos membros da Bancada Federal que representam o Mato Grosso do Sul no Congresso Nacional, ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, e ao Senhor Alan Aquino Guedes, Prefeito de Dourados, reiterando a Indicação nº 02441, do dia 30 de Junho de 2020, que solicitou a viabilização de recursos para realização de obras de pavimentação asfáltica e de drenagem das ruas no Bairro Altos do Indaiá, em Dourados (Prot. nº 06392/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Alan Aquino Guedes de Mendonça, Prefeito Municipal de Dourados, com cópia à Senhora Mariana de Souza Neto, Diretora-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito de Dourados, solicitando a implantação de um sistema de controle de velocidade "traffic calming" (travessia elevada com faixa de pedestres), na Rua Alcides José de Macedo (antiga Potreirito) em Dourados (Prot. nº 06385/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, e ao Senhor Alan Aquino Guedes, Prefeito do Município de Dourados, solicitando a destinação de recursos financeiros para a construção de uma praça no Bairro Vila Toscana, em Dourados (Prot. nº 06384/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Emersom Antonio Marques Pereira, Diretor-Presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, solicitando a execução de obras de restauração funcional do pavimento e implantação de sinalização viária na Avenida Lourival Barbosa, em Rio Brillhante (Prot. nº 06383/2021). Oito indicações e quatro moções de congratulação, de autoria do Deputado Coronel Davi. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, e ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de sinalização horizontal e vertical nas ruas do Bairro

Cophasul, nesta Capital (Prot. nº 06425/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, e ao Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, Senhor Luís Eduardo Costa, solicitando estudos no sentido de viabilizar a revitalização da praça do Bairro Cophasul, nesta Capital (Prot. nº 06424/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos (Sisep), Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja efetuado, em caráter de urgência, o patrolamento e encascalhamento em toda a extensão da Rua Amsterdã, Bairro Jardim Campo Alto (Prot. nº 06423/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Senhor Antônio Carlos Videira, ao Comandante-Geral da Polícia Militar, Senhor Coronel QOPM, Marcos Paulo Gimenez, e ao Comandante do Batalhão de Trânsito da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, Tenente-Coronel QOPM Wellington Klimpel do Nascimento, mediante cópias autônomas, solicitando que seja intensificado o policiamento e ronda ostensiva no Bairro Jardim Itamaracá (Prot. nº 06422/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja efetuado o serviço de manutenção dos postes de iluminação na Rua Presidente Lincoln, Bairro Universitário (Prot. nº 06421/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, solicitando que seja efetuado, em caráter de urgência, o patrolamento, encascalhamento e limpeza em toda a extensão da Rua Deocleciano Dias Bagagem, Bairro Jardim Itamaracá (Prot. nº 06420/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito do Município de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Senhor Rudi Fiorese, e ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a implantação de redutor de velocidade, tipo quebra-molas ou passarela elevada, na Avenida Ezequiel Ferreira Lima, em frente ao número 1072, no Bairro Aero Rancho (Prot. nº 06419/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder, ao Senhor Governador do Estado, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Senhor Secretário de Estado de Fazenda, Felipe Mattos de Lima Ribeiro, solicitando que seja realizado estudo para fins de verificar a viabilidade de redução da alíquota Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços, que incide sobre os combustíveis no Estado de Mato Grosso do Sul (Prot. nº 06417/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Presidente do Sindicato dos Servidores da Administração Penitenciária de Mato Grosso do Sul, André Luiz Santiago, pela comemoração do Dia do Servidor Penitenciário (Prot. nº

06416/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Presidente da Federação Sindical Nacional dos Servidores Penitenciários e Policiais Penais, Senhor Fernando Anunciação, pela comemoração do Dia do Servidor Penitenciário (Prot. nº 06415/2021). Requeiro à Mesa Diretora, com fulcro no artigo 173, XVI, do Regimento Interno, após ouvido o douto Plenário, que seja enviada moção de congratulação ao Senhor Adriano Garcia Geraldo pela comemoração do Dia do Policial Civil (Prot. nº 06418/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Gerson Claro. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao Senhor Reinaldo Azambuja, Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura de Mato Grosso do Sul, solicitando a viabilidade de estudos técnicos para o recapeamento da pavimentação asfáltica do trecho da MS-223, que liga Costa Rica à MS-306 (Prot. nº 06410/2021). Um projeto de lei complementar e nove moções de congratulação, de autoria do Deputado Lidio Lopes. Acrescenta parágrafo único ao artigo 2º da Lei Complementar nº 245, de 08 de março de 2018, que cria na estrutura da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso do Sul, o estabelecimento penal militar, denominado Presídio Militar Estadual, Centro de Ressocialização, Fidelcino Rodrigues (Sargento Baiano), localizado no Município de Campo Grande (Prot. nº 06375/2021). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado moção de congratulação aos Doutor José Brites dos Santos, médico da saúde da família, pós-graduado em Psiquiatria (Prot. nº 06409/2021); ao Doutor Jamal Mohamed Salem, médico urologista (Prot. nº 06407/2021); ao Doutor Loester Nunes de Oliveira (Prot. nº 06406/2021); ao Doutor George Takimoto, médico cirurgião geral (Prot. nº 06405/2021); à Doutora Ana Beatriz Ribeiro Fonseca, médica cirurgiã de cabeça e pescoço; à Doutora Bruna Roberta de Araújo Minari, médica cirurgiã de cabeça e pescoço (Prot. nº 06403/2021), parabenizando-os pelo Dia do Médico, a ser comemorado no próximo dia 18 de Outubro (Prot. nº 06404/2021). Requeiro à Mesa, nos termos que dispõe o Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à Professora Rute Oliveira Bezerra (Prot. nº 06408/2021); ao Professor João Martins de Oliveira (Prot. nº 06411/2021); ao Professor Luiz Meira (Prot. nº 06414/2021) pelo "Dia do Professor", comemorado no dia 15 de outubro. Indico à Mesa, na forma regimental do disposto artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando que seja realizada a colocação de um quebra-molas na Rua Brasil, próximo ao número 1060, esquina com Rua Luiz Braille, Bairro Monte Castelo (Prot. nº 06427/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando que seja realizado a colocação de um quebra-molas na Rua Nhamundá, próximo aos números 116, Cep 79.018-082; 777, Cep 79.018-082; 1546, Cep 79.018-082, no Jardim Columbia (Prot. nº 06426/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Saúde, Senhor Geraldo Resende, solicitando a viabilização de recursos para a aquisição de uma unidade de hemodiálise para o Município de Miranda (Prot. nº 06389/2021). Requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito de Campo Grande, com cópia ao Secretário de Saúde, Doutor José Mauro Pinto de Castro Filho; à Senhora Coordenadora-Geral, Doutora Juliana; à Doutora Ana, do setor de Scraps, solicitando que seja viabilizada, com urgência, a adoção de medidas destinadas a solucionar o problema de infestação de pombos no UBSF Jardim Los Angeles, com atenção especial para esta unidade de saúde (Prot. nº 06380/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Senhor Prefeito de Campo Grande, Marcos Marcelo Trad, com cópia ao Secretário Municipal de Infraestrutura, Rudi Fiorese, solicitando que seja providenciada a troca de lâmpada na Rua Berta Lutz, próximo ao número 235, Bairro Vida Nova 3 (Prot. nº 06393/2021). Indico à Mesa Diretora, na forma regimental do disposto artigo 176 do Regimento Interno, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Marcos Marcello Trad, Prefeito Municipal de Campo Grande, com cópia ao Senhor Janine de Lima Bruno, Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, solicitando que seja realizada a pintura das faixas de pedestre das ruas anexas (Prot. nº 06396/2021). Indico à Mesa Diretora, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, ao Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rudi Fiorese, solicitando a troca de braço de iluminação pública do poste localizado na Rua Parma, nº28, Cep 79.106-330, no Bairro Jardim Itália, no Município de Campo Grande (Prot. nº 06378/2021). Institui a criação do "Dia da Dignidade Menstrual", no Estado do Mato Grosso do Sul (Prot. nº 06391/2021). Dispõe sobre a adoção de medidas que assegurem a circulação segura de animais silvestres nas estradas, rodovias e ferrovias do Estado do Mato Grosso do Sul (Prot. nº 06379/2021). Duas indicações e um requerimento, de autoria do Deputada Mara Caseiro. Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia à Secretária de Estado de Educação, Maria Cecília Amendola da Motta, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Correa Riedel, solicitando a reforma da quadra de esportes da Escola Estadual 13 de Maio, no Município de Eldorado (Prot. nº 06382/2021). Indico à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 160, VI, e do artigo 176, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador, Reinaldo Azambuja, com cópia ao Gerente Operacional, substituto, da Regional da Agência Nacional de Telecomunicações no Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Luiz Augusto Flâmia, solicitando que sejam adotadas providências para melhoria na prestação do serviço de telefonia das Operadoras Vivo e Claro, no Município de Antônio João (Prot. nº 06381/2021). Requeiro à Mesa, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, XIX, após ouvido o colendo Plenário, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para realização de Sessão Solene, semi-presencial, em comemoração ao Dia do Dentista. A Sessão Solene será

feita em parceria com o Conselho Regional de Odontologia de Mato Grosso do Sul (CRO/MS), no dia 27 de outubro de 2021, às dezenove horas e trinta minutos (Prot. nº 06399/2021). Três indicações e um projeto de lei, de autoria do Deputado Paulo Corrêa. Indico à Mesa, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Eduardo Correa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, Diretor-Presidente do Detran, pleiteando providências urgentes e necessárias para a reforma do prédio do Detran, construção de pista para o exame prático, e sala de aula para as provas teóricas aplicadas pelo órgão, no Município de Maracaju (Prot. nº 06429/2021). Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia ao Senhor Eduardo Corrêa Riedel, Secretário de Estado de Infraestrutura, e ao Senhor Rudel Espíndola Trindade Júnior, pleiteando providências urgentes e necessárias para a construção do Detranzinho, no Município de Maracaju (Prot. nº 06430/2021). Indico à Mesa Diretora, conforme os termos regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Reinaldo Azambuja Silva, Governador do Estado, com cópia à Senhora Maria Cecilia Amendola da Motta, Secretária de Estado de Educação, pleiteando as providências necessárias e urgentes para realização de reforma e ampliação do salão de Eventos da Escola Especial Renascer, no Município de Amambai (Prot. nº 06431/2021). Denomina "Nilson de Moura Páscoa" o prédio da unidade local da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal, no Município de Paranaíba (Prot. nº 06432/2021). Seis indicações, de autoria do Deputado Pedro Kemp. Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando a realização da Operação Tapa-Buracos na Rua Dom Giovanni, Bairro Conjunto Residencial Estrela do Sul, em Campo Grande (Prot. nº 06398/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com cópias ao Senhor Themis de Oliveira, Diretor-Presidente da Águas Guariroba, solicitando reparos nos bueiros da Avenida Segredo, no Bairro Vila Jardim Imperial (Prot. nº 06397/2021). Indico à Mesa, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando que seja realizada a Operação Tapa-Buraco na Avenida Rodoviária (Prot. nº 1685 06388/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Rudi Fiorese, Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, solicitando reparos nos bueiros da Rua Cavaleiro da Rosa, Conjunto Residencial Estrela Sul (Prot. nº 06387/2021). Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Themis de Oliveira, Diretor-Presidente da Águas Guariroba, solicitado providências do sentido de conter o vazamento de água na Rua Aladim, em frente ao número 287, no Conjunto Residencial Estrela Sul, em Campo Grande (Prot. nº 06386/2021). Indico à Mesa Diretora, ouvido o colendo Plenário, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Senhor Sergio de Paula,

Secretário de Estado da Casa Civil, com cópias ao Senhor Rudel Trindade, Diretor Presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul, solicitando estudos no sentido de encaminhar à Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, projeto de lei para implantar o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), destinado às dívidas do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) (Prot. nº 06395/2021). Quatro indicações, de autoria do Deputado Renato Câmara. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Ministra de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Senhora Tereza Cristina Correa da Costa Dias, solicitando a realização de estudos no sentido de viabilizar a desistência de tutela do frigorífico e a viabilização de recursos para a construção da Central de Abastecimento de Alimentos (Ceasa), de Dourados (Prot. nº 06390/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Murilo Zauith, solicitando a viabilização de recursos para pavimentação asfáltica do trecho da Rua Silidônio Verão, no Bairro Jardim Água Boa, Próximo ao Córrego Rego D'água, no Município de Dourados (Prot. nº 06400/2021). Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais desta Casa e após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, ao Reitor da Universidade Federal do Estado de Mato Grosso do Sul, Senhor Marcelo Augusto dos Santos Turine, e ao Reitor da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Senhor Laércio Alves de Carvalho, solicitando a implantação de um polo educacional de nível superior para atender as comunidades indígenas da região de Taunay, no Município de Aquidauana (Prot. nº 06401/2021). Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Governador do Estado, Senhor Reinaldo Azambuja, e ao Secretário de Estado de Infraestrutura, Senhor Eduardo Riedel, solicitando a duplicação da MS-141, no trecho que liga os Municípios de Ivinhema e Angélica (Prot. nº 06402/2021). Uma indicação, de autoria do Deputado Zé Teixeira. Indico à Mesa, na forma regimental, que seja encaminhado expediente deste Poder ao Prefeito de Campo Grande, Senhor Marcos Marcello Trad, e ao Diretor-Presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, Senhor Janine de Lima Bruno, solicitando a manutenção do quebra-mola instalado em frente à Paróquia São Leopoldo Mandic, na Avenida Manoel Padial, no Bairro Maria Aparecida Pedrossian (Prot. nº 06394/2021).). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Suprimido o Grande Expediente. Havendo quórum para deliberação. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Item 1. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 211/2020. Autor: Deputado João Henrique. "Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos comerciais, do ramo alimentício, informarem a utilização de produtos análogos ao queijo, requeijão e outros lácteos, no preparo dos respectivos alimentos, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências". A Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural Agrária e Pesqueira emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a Deputada Mara Caseiro. A Comissão de Turismo, Indústria e Comércio emitiu parecer favorável, por maioria, tendo como relator o Deputado Capitão Contar. A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como

relator o Deputado Felipe Orro. Em discussão. Para discutir, com a palavra, o Deputado João Henrique, autor do projeto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Presidente, se Vossa Excelência me permitir, eu gostaria de passar um minuto desse vídeo que eu disponibilizei dentre os meus minutos de discussão [Execução do vídeo]. Senhor Presidente, obrigado pela disponibilização do vídeo, eu pedi o compartilhamento dessa reportagem porque é um absurdo o que vem acontecendo no nosso dia a dia. Achei importante compartilhar com Vossas Excelências, visto que esse projeto vai produzir e ajudar a proteger a nossa bacia leiteira, os produtores e a indústria do leite. Os sindicatos do leite, em nível nacional, fizeram um estudo que aumenta o faturamento e o poder de arrecadação de lucro dos pequenos produtores em até 30%, porque o consumidor acaba consumindo o produto comercializado por ser mais barato, sem ter conhecimento que os sabores artificiais e os ingredientes contidos ali, muitas das vezes são cancerígenos, causam prejuízo aos produtores de leite e à nossa saúde. Esse é um projeto importante para o nosso Estado, para o consumidor, que poderá escolher o que quer consumir e trará muito benefício para a bacia leiteira do Mato Grosso do Sul. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado João Henrique. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº /2021, de autoria do Deputado João Henrique.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, quero cumprimentar o Deputado João Henrique e dizer que eu já estudava essa matéria, mas o Deputado João Henrique já havia protocolado o projeto que vem proteger os pequenos produtores, a bacia leiteira do nosso Estado, tendo a preocupação em fazer com que o consumidor saiba o que está consumindo. A maioria das pessoas não tem a cultura de ler o alerta que é colocado nos produtos, por lei, mesmo que sintam o gosto diferente. É mais que necessário que a legislação ampare aqueles que se sentem lesados para poderem tomar providência jurídica e proteger o seu consumo. Nós, que somos legisladores aqui no nosso Estado, devemos ficar atentos e cobrar os órgãos de controle e de fiscalização para que seja levado ao conhecimento do público, permitindo que isso seja feito através de denúncia e as pessoas possam saber que

tem um produto que é mais ou menos nocivo, que tem melhor qualidade que outro feito artificialmente, e outro que obviamente gera lucro exorbitante para quem fabrica fora do nosso Estado. Então, acho esse projeto extremamente importante, cabível, oportuno, providencial e muito bom. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz, Presidente da Comissão de Saúde?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Bom dia, Senhor Presidente e colegas Parlamentares. Na verdade, poucas pessoas se atentam para isso, mesmo porque as letras são muito pequenas e as pessoas acabam comprando gato por lebre. Parabéns pelo projeto, Deputado João Henrique! Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, parabenizo o Deputado João Henrique, dizendo que isso é legislar, é fazer a defesa da população na proteção da saúde, protegendo os produtores de leite. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Felipe Orro? Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Senhor Presidente, quero cumprimentar o autor do projeto, Deputado João Henrique, visto que essa é uma demanda do segmento dos produtores de leite, não só do nosso Estado, mas também do Brasil. Eu também fui interpelado pelo segmento sobre a necessidade dessa legislação, mas o Deputado João Henrique agiu rápido e trouxe um projeto importante para o nosso Estado, não só para a produção dos produtores de leite, mas também para a proteção do consumidor que muitas vezes é lesado, enganado e paga um valor alto em um produto de baixa qualidade. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique, autor do projeto?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Bom dia, Presidente. Quero dizer que nesses produtos nem o rabo da vaca passa perto da linha de produção e não é só a letrinha que as pessoas não conseguem enxergar, porque eles são usados na fabricação de outros produtos como coxinha, chipa, sanduiches e têm apenas o sabor similar, uma imitação barata que se torna invisível. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes? Como vota o Deputado Londres Machado? Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota a Deputada Mara Caseiro? Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, eu gostaria de me antecipar e pedir a retirada do projeto número dois, de minha autoria, porque em contato com o Governo do Estado e com a Secretaria de Saúde, eles têm sugestões para aprimorar para que esse projeto se torne lei. Voto sim.

PRESIDENTE - Atendido o vosso pedido. O autor do projeto pode retirá-lo a qualquer momento. Como vota o Deputado Lidio Lopes, antes de se tornar Presidente da Unale?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Bom dia nobres pares. Deus te ouça, Presidente. Peço desculpas porque estou entrando agora e não sei qual é o item da pauta.

PRESIDENTE - Item 1. Projeto de Lei nº 211/2020, de autoria do Deputado João Henrique, que proíbe a comercialização de queijo "fake".

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Na verdade, não proíbe a comercialização, ele somente identifica para que o consumidor possa escolher.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Bom dia, Presidente Paulo Corrêa e colegas Deputados. Quero cumprimentar o aniversariante, Deputado Marçal Filho, e também o Deputado João Henrique pelo excelente projeto. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Bom dia, Senhor Presidente. Bom dia, nobres colegas. Quero parabenizar o Deputado Marçal Filho pelo seu aniversário e o Deputado João Henrique pelo importante projeto que aprimora a nossa legislação, conscientizando as pessoas sobre o que estão comprando, porque a muçarela verdadeira vem do leite de búfala, mas existem outras que são "tipo muçarela" que contém misturas como amido, produtos vegetais e outros tipos de óleos. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim. Também gostaria de cumprimentar o Deputado Marçal Filho pelo seu aniversário, que com as bençãos de Deus lhe dê muitos anos de vida com saúde.

PRESIDENTE - Peço licença aos Senhores Deputados para votar, pela relevância do projeto. Lembrando que transformar o queijo caipira em produto artesanal, no Estado de Mato Grosso do Sul, é um projeto de minha autoria, nesta Casa, e proibir o queijo artesanal, que é o nosso queijo, estava mais fácil do que está sendo feito agora. Vossa Excelência efetivamente contribui com a nossa população, demonstra sensibilidade a partir do momento que não deixa a dona de casa ser passada para trás. Voto sim.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, nós já tínhamos o Deputado Renato Câmara da guavira, agora temos o Deputado João Henrique da muçarela.

PRESIDENTE - Solicito ao Senhor Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Parabéns, Deputado João Henrique, pela aprovação desse projeto de suma relevância para nosso Estado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Obrigado a todos os colegas pelo voto.

PRESIDENTE - Item 2. Retirado de pauta pelo autor, Deputado Marçal Filho. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 189/2021. Autor: Deputado Antonio Vaz. "Institui o 'Março Roxo', no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda de Redação nº 01, tendo como relator o Deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos Senhores Deputados.

Projeto de Lei nº 189/2021, de autoria do Deputado Antonio Vaz.

Presidente - Deputado Paulo Corrêa.

Primeiro-Secretário - Deputado Zé Teixeira.

Segundo-Secretário - Deputado Herculano Borges.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Capitão Contar? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?



DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges?

DEPUTADO HERCULANO BORGES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique? Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Voto sim.

PRESIDENTE – Pode colocar o Paulo do Acurí que dá tudo certo, Deputado Evander Vendramini.

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Paulo Bacurizal.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP- Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.



PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito ao Segundo-Secretário, Deputado Herculano Borges, que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Senhor Presidente, são dezoito votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai à redação final por ter sofrido emendas. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei 192/2021. Autor: Deputado Marçal Filho."Institui, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, a 'Semana de Conscientização, Prevenção e Combate ao Crime de Perseguição - Stalking' e dá outras providências". A Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o Deputado Coronel David. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Barbosinha? Como vota o Deputado Coronel David?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO CORONEL DAVID - Senhor Presidente, pela ordem.

PRESIDENTE - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Coronel David.

DEPUTADO CORONEL DAVID - Para cumprimentar o nosso amigo Deputado Marçal Filho pelo aniversário. Muita saúde para ele.

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Obrigado.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Eduardo Rocha?

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente, eu gostaria de cumprimentar nosso colega, Deputado Marçal Filho, que fez um grande trabalho por Dourados e pelo Mato Grosso do Sul. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Evander Vendramini?

DEPUTADO EVANDER VENDRAMINI - Senhor Presidente, quero cumprimentar o Deputado Marçal Filho pelo seu aniversário. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Gerson Claro?

DEPUTADO GERSON CLARO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Herculano Borges? Como vota o Deputado Jamilson Name?

DEPUTADO JAMILSON NAME - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado João Henrique?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lidio Lopes?

DEPUTADO LIDIO LOPES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Lucas de Lima?

DEPUTADO LUCAS DE LIMA - Voto sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Pela ordem, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Bom dia, Deputado Londres Machado.

DEPUTADO LONDRES MACHADO - Bom dia, Presidente. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marçal Filho?

DEPUTADO MARÇAL FILHO - Senhor Presidente, o Congresso Nacional fez muito bem em tipificar o "stalking", porque essa perseguição contumaz feita contra as mulheres precisava constar no nosso ordenamento jurídico, e agora, como legisladores estaduais, nós podemos criar campanhas de conscientização para que as pessoas saibam que o "stalking" é crime de perseguição e precisa ser combatido. Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Marcio Fernandes?

DEPUTADO MARCIO FERNANDES - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Neno Razuk?

DEPUTADO NENO RAZUK - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Professor Rinaldo?

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Renato Câmara?

DEPUTADO RENATO CÂMARA - Voto sim.

PRESIDENTE - Como vota o Deputado Zé Teixeira?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA - Voto sim.

PRESIDENTE - Encerrada a votação. Solicito ao Senhor Segundo-Secretário que anuncie o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO - Presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE - Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Retirado da Ordem do Dia. Item 6. Em votação única e votação simbólica. Peço destaque ao requerimento um. Dois requerimentos, vinte e três indicações, duas moções de aplauso e vinte e seis moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Voltando ao requerimento um, conforme foi votado nesta Casa, eu gostaria de consultar os Deputados para me auxiliarem em um requerimento dessa monta. Nada contra essa solicitação, mas está vetada até o dia 22, e como o Plenário é soberano, eu gostaria de colocar em votação. Como vota o Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Presidente, quero aproveitar a oportunidade para me manifestar. Eu fiz uma indicação duas semanas atrás para que a Casa estudasse a possibilidade de exigir que aqueles que adentrassem às dependências da Assembleia apresentassem um atestado de vacinação. Isso seria como um protocolo de imunização para poder adentrar o espaço da Assembleia Legislativa, uma medida preventiva de cuidados; e coloquei isso para apreciação da Mesa em forma de uma indicação. Além disso, deverão haver todos os demais cuidados necessários que já são de conhecimento de todos os Deputados. Eu entendo

a preocupação da Mesa com relação aos encaminhamentos, com a questão da aglomeração e do distanciamento, até porque nós ainda não saímos totalmente da pandemia. Eu também entendo a ansiedade de todos nós para retomarmos a rotina para fazer as audiências públicas e as solenidades. Esse requerimento da Deputada Mara Caseiro levanta essa questão; e aí nós temos que nos manifestar no sentido de isso ser ou não efetivamente possível. Até porque até o final do ano outros casos virão à tona. E quero lembrar a todos que nós temos um pedido para que no dia 19 de novembro possamos realizar a entrega da Comenda Zumbi dos Palmares, que desde 2008 existe nesta Casa, geralmente na Semana da Consciência Negra, próximo ao dia 20 de novembro, período em que sempre se homenageou as pessoas que lutam contra o racismo em Mato Grosso do Sul. Nós temos esse pedido de evento, e deveremos ter outros nesse sentido. Então o que nós vamos decidir para um, decidiremos para todos. Eu volto a frisar que devem ser tomadas todas as precauções, pois se nós colocarmos exigências para as pessoas que adentrem a Assembleia Legislativa, os funcionários também terão a obrigatoriedade de apresentar atestado de vacinação, tomando precaução com relação ao distanciamento, ao uso de álcool em gel e ao uso de máscara. Assim nós poderíamos realizar audiências públicas com um número limitado de pessoas dentro do Plenário, e obviamente cumprindo todo o protocolo sanitário. Esse é o meu posicionamento. Creio que isso será possível desde que haja medidas de prevenção, proteção e limitação do número de pessoas que eventualmente participem do evento. Essa é a minha posição, Senhor Presidente.

PRESIDENTE - Permite-me um aparte, Deputado Amarildo Cruz?

DEPUTADO GERSON CLARO - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Eu quero contestar Vossa Excelência. Não se trata, de forma alguma, do que Vossa Excelência está discutindo. Trata-se aqui do que a Assembleia já votou, e o Plenário é soberano, e definiu que a gente faça somente a abertura de algum evento presencial, como Entrega de Título de Cidadão ou Comenda de Mérito Legislativo, mantido o distanciamento; e isso somente a partir do dia 15 de novembro. Mas esse evento proposto pela Deputada Mara Caseiro vai acontecer dia 27 de outubro. Portanto, se eu abrir para um, terei que abrir para todos. Deputado, mesmo que Vossa Excelência...

DEPUTADO GERSON CLARO - Presidente, questão de ordem.

PRESIDENTE - ...não tenha votado contra, eu quero...

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente.

PRESIDENTE - ...só um minuto, Deputado Gerson Claro; eu vou só terminar o meu aparte. Permite-me Deputado? A questão não é essa. Ou fecha para todos, ou abre para todos. Então acho que nós não podemos fazer o que Vossa Excelência propõe. Nós votamos manter as sessões on-line até 22 de dezembro, portanto, se algum Deputado quiser fazer evento on-line, nós vamos dar toda a estrutura. Se quiser fazer presencial está proibido, conforme o ato que foi votado nesta

Casa. Não se trata de vetar ou aprovar. Então vou pedir novamente que Vossa Excelência reconsidere seu pedido, avaliando essa premissa.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Senhor Presidente, reforçando o que eu disse no começo, eu apenas vi no requerimento da Deputada Mara Caseiro a oportunidade de fazermos essa ponderação; apenas isso. Eu sei o que está sendo votado. Na verdade eu conheço o destaque pedido por Vossa Excelência.

PRESIDENTE - Perfeito.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Eu sei.

PRESIDENTE - Então como vota Vossa Excelência?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Eu apenas...

PRESIDENTE - Para fazer o evento, ou não?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Eu apenas fiz a ponderação e justifiquei que, tomando essas providências, seja possível promover o evento, mesmo nesse momento, e ainda levando em conta a votação que foi feita anteriormente. A decisão já foi tomada, mas mesmo assim eu sou favorável que aconteça. Essa é a minha posição.

PRESIDENTE - Vossa Excelência vota a favor de que seja feito o evento?

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Sim.

PRESIDENTE - Então Vossa Excelência vota a favor. Vota sim. Com a palavra, pedindo um aparte para mim, o Deputado Gerson Claro.

DEPUTADO GERSON CLARO - Questão de ordem, Presidente. Presidente, eu acho que a questão de ordem é para encaminhamento, e eu não sei se está fora de hora. Mas visto que foi decidido pelo Plenário da Casa que não poderão acontecer eventos presenciais, então não podemos votar o requerimento de um evento. Se for assim, deve-se colocar em votação genericamente que a partir de agora haverá evento presencial, tornando prejudicado esse requerimento.

PRESIDENTE - Está sem som, Deputado Gerson Claro. O senhor está com problema de conexão, mas eu vou tentar traduzir. Como esse requerimento foi feito pela única mulher da nossa Casa, e contrariando um ato votado anteriormente, eu quero dividir essa decisão com os demais partícipes. O Deputado Amarildo Cruz, por exemplo, acha que é possível; o Prosseguir acha que é impossível. Então eu vou seguir o Prosseguir, mas quero que as pessoas discutam isso, para que não seja uma decisão somente do Presidente.



DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Pela ordem, Presidente.

PRESIDENTE - Pela ordem, com a palavra, o Deputado Eduardo Rocha.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Presidente, só para colaborar, eu concordo com o Deputado Gerson Claro, pois nós já temos a decisão da Casa. Eu acho que Vossa Excelência tem legitimidade.

DEPUTADO GERSON CLARO - Presidente, a rede caiu, e eu não sei se consegui concluir o meu raciocínio.

PRESIDENTE - Não conseguiu. E agora caiu a rede com o Deputado Eduardo Rocha. O Deputado Eduardo Rocha voltou. Depois eu passarei a palavra ao Deputado Gerson Claro.

DEPUTADO EDUARDO ROCHA - Eu concordo com o Deputado Gerson Claro. A Casa já decidiu que os eventos, com exceção da entrega de título, serão todos on-line, até o dia 22 de dezembro. Essa já foi decisão pacífica da Casa. Eu acho que Vossa Excelência tem legitimidade para decidir esses pedidos de ofício em nosso nome.

PRESIDENTE - Eu sei que tenho, Deputado, mas eu pedi licença a Vossas Excelências para tomarmos decisão conjunta. Eu vou registrar o seu voto contrário, Deputado Eduardo Rocha. O voto do Deputado Gerson Claro também é contrário.

DEPUTADO GERSON CLARO - Eu voto não, Presidente, devido à prejudicialidade do requerimento. Eu entendo que o requerimento nem pode ser votado.

PRESIDENTE - Perfeitamente. Nada contra, mas foi votado de uma forma diferente. Como vota o Deputado Antonio Vaz?

DEPUTADO ANTONIO VAZ - Voto não.

PRESIDENTE - Agradeço ao Presidente da Comissão de Saúde. Nós estamos seguindo o Prosseguir, Deputado Antonio Vaz. Como vota o Deputado Barbosinha?

DEPUTADO BARBOSINHA - Presidente, eu quero me manifestar. Na mesma linha da manifestação do Deputado Gerson Claro, eu compreendo o espírito democrático de Vossa Excelência, mas esta Casa já votou. Eu votei pela volta das sessões presenciais, mas a maioria, que prevaleceu na votação, votou para que até dezembro nós não tivéssemos sessões presenciais. Ora, se já foi votado e decidido, eu creio que um requerimento dessa natureza pode abrir incoerência, porque se nós permitirmos que esse evento seja realizado, estaremos desautorizando a decisão que foi tomada anteriormente. Então eu acredito que essas decisões já saem da esfera do

Plenário e vão para a decisão da Mesa Diretora. Eu compreendo a manifestação de Vossa Excelência, mas isso abre a possibilidade de haver votação colidente. Então, respeitando o espírito da maioria, eu vou votar não, porque essa decisão foi do Plenário; e o Plenário é soberano. Diante desse fato, eu acho que Vossa Excelência deveria julgar o pedido prejudicado, devido à decisão em conjunto do colegiado.

PRESIDENTE - Então vamos facilitar, usando o que o Deputado Barbosinha falou.

DEPUTADO AMARILDO CRUZ - Pela ordem, Presidente. Eu quero colaborar no mesmo sentido. Eu entendo que Vossa Excelência demonstrou-se preocupado quando colocou em destaque esse requerimento. Vamos falar a verdade, aqui entre nós; essa questão tem gerado uma certa dúvida a cada dia que passa, e ninguém tem a palavra pronta e acabada, portanto eu entendo a posição do Presidente. O Diário Oficial do Tribunal de Justiça publicou hoje que no dia 18 retomará as sessões normais, os julgamentos e todo seu funcionamento normal. É nosso vizinho, de outro Poder, mas é uma referência que também tem preocupação. Eu entendo a preocupação do Presidente quanto a uma reavaliação, até porque não existe uma posição pronta e acabada. Mas entendo, Deputado Barbosinha, por uma questão legal, que aquilo que foi votado em Plenário obviamente tem que ser cumprido, mas nós temos aqui a preocupação que o Presidente externou; e o meu voto foi nesse sentido quando eu disse que ele abriu uma nova oportunidade para ratificar ou retificar a decisão que havia sido tomada por todos do Plenário; por isso estamos votando. Mas entendo perfeitamente que a questão do prejuízo é principal, ou seja, se está prejudicado ou não o encaminhamento desta votação; portanto também entendo perfeitamente a posição do Deputado Barbosinha, mas a decisão é da Mesa Diretora.

PRESIDENTE - Então eu vou facilitar para os Senhores Deputados. Eu não queria ter de tomar a decisão, mas efetivamente a votação está prejudicada, devido à aprovação anterior. A Presidência da Casa desaprova o requerimento, porque é possivelmente colidente com o que aprovamos em Plenário. O Deputado Barbosinha está correto; obrigado pela aula. Agradeço também aos Deputados Gerson Claro, Amarildo Cruz e todos que votaram. Então vou tomar a decisão de plano. Fica então recusado esse requerimento. Não está aprovado. Moções de pesar. Moção de pesar, de autoria do Deputado Amarildo Cruz, em razão do falecimento da Senhora Lucinda Martins Mochi. Peço licença para assinar com Vossa Excelência, mas eu acho que a gente deveria fazê-la pela Casa. A Dona Lucinda é mãe do ex-presidente desta Casa, o ex-deputado Junior Mochi. Então peço licença aos Senhores Deputados para que a gente faça essa moção em nome da Casa. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Moção de pesar, de autoria do Deputado Renato Câmara, em razão do falecimento da Senhora Ruth Bianchi Rocha. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovada. Vai ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. O primeiro inscrito é o Deputado Barbosinha; o segundo

é o Deputado Pedro Kemp; o terceiro é o Deputado Amarildo Cruz. Deputado Barbosinha, Vossa Excelência disporá de dez minutos.

DEPUTADO BARBOSINHA (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, colegas Parlamentares, público que nos acompanha pela TV e Rádio Assembleia e pelas redes sociais, bom dia. Ontem à tarde eu tive a oportunidade de participar de uma reunião no Sindicato Rural de Dourados. Presentes estavam o presidente do sindicato, Senhor Ângelo Ximenes, produtores e técnicos da área agrícola. E lá estivemos, Deputado Renato Câmara, para discutir um tema bastante tormentoso vivenciado neste momento pelos nossos agricultores. É sabido e consabido que tivemos um longo período de estiagem, agravado por repetidas geadas que caíram em todo o território de Mato Grosso do Sul, especialmente aqui na região da Grande Dourados. Estima-se que 80% dos produtores que contrataram o seguro agrícola estão hoje a ele recorrendo para minorar as consequências das grandes perdas — em algumas áreas perda praticamente total do milho safrinha. Nós sabemos que a concessão de financiamento pelos bancos é condicionada à questão do seguro agrícola — o seguro agrícola é praticamente uma obrigatoriedade. O produtor contrata, paga o prêmio da apólice, faz tudo certinho. Mas agora o que é que está ocorrendo? Pois justo agora, quando acontece o sinistro, os produtores estão naturalmente recorrendo às suas respectivas agências financiadoras, e as financiadoras estão criando vários subterfúgios para poderem ou indeferir o pagamento do seguro, ou reduzir drasticamente esses valores. O Deputado Renato Câmara conhece bem o setor, tem formação na área, já trabalhou na agropecuária, tem experiência na agricultura. Pois agora, Deputado Renato Câmara, mesmo naqueles casos de deferimento, de repente vêm uns laudos finais objetando que 30%, 40% dessa perda não foi em decorrência nem da estiagem, nem da geada — parte da perda foi por causa do percevejo ou da cigarrinha, ou porque o milho tinha mancha foliar... E aí eles diminuem o pagamento do prêmio do seguro, como dizia, em 20%, 30%, 40%. Parece-me que existe uma coisa orquestrada nesse sentido: indeferir "in totum" o pagamento, ou pagá-lo parcialmente. Aqui entra a questão do zoneamento agrícola... Lá atrás, quando da contratação do prêmio, não houve essa alegação que agora se faz, de que a pessoa plantou um dia após o período estabelecido na questão do zoneamento agrícola, que é o Zoo Agro, trabalho conduzido pela Embrapa com a coordenação do Ministério da Agricultura e da Pecuária. Esse trabalho procura definir os períodos favoráveis ao plantio de cada cultura, porém se sabe que nem sempre o financiamento chega a tempo de o produtor cumprir rigorosamente aquele prazo. Como disse, na contratação não há nenhuma oposição da agência seguradora, mas aí, na hora do sinistro, na hora de pagar o prêmio do seguro, vem esse subterfúgio. Existe um prazo, inclusive, de trinta dias a partir do laudo final, Deputado Zé Teixeira, Vossa Excelência que é professor, um PHD na área, para o pagamento desse seguro. Ora, contrata-se um seguro justamente para que, quando acontece um sinistro, de geada, granizo, incêndio, inundação, seca, uma tromba-d'água, por exemplo, se possa efetivamente receber o prêmio do seguro — mas não é o que está acontecendo! O que pode estar acontecendo, talvez pelo grande volume de sinistros, é uma ação orquestrada. Daí que é preciso que a instituição financeira, que é quem contrata com o produtor o seguro, tome providências. E aqui aproveito para acionar a nossa Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina, ela que tem uma visão

favorável à contratação dos seguros; nas conversas que tenho com a ministra, eu a vejo sempre defendendo, inclusive, o aprofundamento e o aperfeiçoamento da contratação do seguro. Agora, é preciso que isso tenha credibilidade... Mal comparando, é o mesmo que contratar um seguro de automóvel, de repente ter um sinistro total e a seguradora dizer que não vai indenizar o farol, o vidro, que não vai indenizar a porta, quando a minha perda foi total. Então, estamos aqui conclamando as nossas instituições que reajam, que tomem alguma providência. Eu acho que a presença do Governo do Estado, da Semagro, da nossa bancada federal nessa questão é importante; é importante acionarmos a Ministra da Agricultura — e igualmente importante é a manifestação desta Assembleia Legislativa em defesa dos produtores. Porque o produtor fica de pires na mão, ele precisa desse dinheiro para poder fazer o plantio da soja, sob pena de sacrificar o plantio. De maneira que é fundamental que os bancos contratantes e as seguradoras cumpram com suas responsabilidades na hora do pagamento do seguro. E aí, Deputado Paulo Corrêa, creio que é importante a participação da nossa Casa nesse instante em que os produtores estão precisando de um apoio. Como sabemos, a agricultura é a locomotiva do desenvolvimento do Brasil, especialmente do nosso Estado; o setor vinha de um longo período de sucesso, sobrevém um momento de dificuldade, nada mais justo que receba o apoio que merece — em suma, os produtores precisam receber o recurso do seguro sem embaraços. E aqui há um detalhe, Deputado Renato Câmara, que deve chamar atenção. Quando os bancos contratam seguro (da soja, por exemplo) eles estabelecem ali um mínimo de trinta sacas por hectare, quando se sabe que a colheita é muito maior que isso — o banco contrata o seguro com base nos seus parâmetros, o seguro é, na verdade, uma garantia do banco. Quando é liberado o dinheiro do seguro, esse dinheiro não vai para o bolso do produtor, ele vai primeiro para pagar o banco; de forma que já há uma glosa na contratação do seguro, uma quantidade bem inferior àquela que de fato é produzida por hectare de terra. Quando sucede um sinistro como o de agora, provocado, como sabemos, primeiro pela estiagem, depois pela geada, vem agora um laudo final já na fase colheita dizendo, por exemplo, que o motivo da perda foi outro; ou, outro exemplo, que a perda de 30%, 40% da lavoura, Deputado Amarildo, foi provocada por cigarrinha, por mancha foliada, etc. Estou, pois, chamando a atenção para o problema. Ontem foi importante essa reunião no sindicato com o Presidente Ângelo Ximenes, para chamar a atenção das autoridades do Ministério da Agricultura e da Pecuária, para que o órgão, por sua vez, chame a atenção dessas instituições financiadoras — porque, para ter adesão, o seguro precisa ter credibilidade. É preciso que o produtor — da mesma forma que ele, regimento, paga o prêmio do seguro —, no momento em que ele necessita, é preciso que essas instituições financeiras façam o pagamento sem embaraços. Isto sob pena de perda da credibilidade: por que pagar um seguro (que, diga-se de passagem, na maioria das vezes é compulsório, é uma exigência da instituição financeira) que não sei direito se vou receber?! Aqui entra o papel dos bancos: quem faz o contato com o produtor são as instituições financeiras, as instituições bancárias, o nome dessas instituições também está em jogo, não é o da seguradora. É preciso, pois, que os gerentes dessas instituições financeiras entrem em ação em defesa do produtor, exigindo das seguradoras o pagamento do prêmio de seguro. Então, Deputado Paulo Corrêa, encerro aqui minha manifestação, esperando uma reação das autoridades governamentais; uma ação da Ministra Tereza Cristina, uma ação da bancada federal,

esperando uma cobrança a essas instituições; da mesma forma que são ágeis na hora da contratação, na hora de receber o prêmio, que elas possam, neste momento de necessidade, cumprir com o seu papel, indenizando os produtores — para garantir a próxima grande safra de soja de Mato Grosso do Sul e do Brasil. Muito obrigado.

PRESIDENTE - Perfeitamente, Deputado. Com a palavra, o Deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dez minutos, nobre Deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (sem revisão do orador) - Senhor Presidente, eu vou dividir o meu tempo, porque eu tenho dois assuntos para falar. Primeiro, eu estou apresentando hoje uma indicação para o Senhor Rudel Trindade, Diretor-Presidente do Departamento de Trânsito de Mato Grosso do Sul (Detran/MS), e também para o Secretário de Estado da Casa Civil, Senhor Sérgio de Paula, solicitando estudos e encaminhamento à Assembleia Legislativa de um projeto de lei para implantar um Programa de Recuperação Fiscal (Refis) destinado às dívidas do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Eu vou explicar por que estou fazendo essa indicação. Na verdade estou reiterando este pedido, porque já encaminhei esta solicitação ao Governo do Estado no início deste ano. E assim como o Governo faz Refis para outros impostos, facilitando a vida dos contribuintes que estão devendo para o Estado, para que eles possam quitar as suas dívidas com desconto e parceladamente, nós também entendemos que é importante fazer um Refis para o IPVA, porque muita gente nos procura falando das suas dificuldades. Hoje em dia, a única facilidade que a pessoa tem é fazendo o parcelamento do IPVA. Muitas pessoas que têm dívidas passaram por muitas dificuldades financeiras neste período da pandemia. Além disso muitas pessoas perderam seus empregos, e agora têm subempregos. Portanto essa questão do IPVA acaba sendo mais um peso, mais um transtorno na vida dessas pessoas, então nós entendemos que seria importante o Governo do Estado fazer um refinanciamento dessas dívidas que as pessoas têm com o IPVA. E eu disse que estou reiterando o pedido, porque eu fiz essa solicitação no início do ano, e recebi do Superintendente de Administração Tributária da Secretaria de Estado de Fazenda a resposta de que para fazer um Refis seria preciso um projeto de lei que fosse autorizado pela Assembleia Legislativa. Disso eu já sabia, porque realmente é preciso um projeto de lei. Mas o problema é que nós, Deputados, não podemos criar esse tipo de projeto de lei; a iniciativa tem que ser do Governo. Então eu estou devolvendo para ele e dizendo que eu sei que precisamos de uma lei, mas o projeto de lei precisa partir do Governo do Estado. Sei que esse projeto depende da vontade do Governo, mas eu faço esse apelo em nome...

DEPUTADO BARBOSINHA - Permite-me um aparte, Deputado Pedro Kemp?

DEPUTADO PEDRO KEMP - ... de muitos contribuintes, de muitos motoristas que estão com esse problema. São proprietários de veículos que estão fazendo essa solicitação. Assim como o Governo já fez Refis para outros impostos, eu estou pedindo que o IPVA seja incluído, para facilitar a vida dos cidadãos de Mato Grosso do Sul. Concedo um aparte ao Deputado Barbosinha.

DEPUTADO BARBOSINHA - Deputado Pedro Kemp, agradeço pela concessão do aparte. Eu quero apenas contribuir com os argumentos de Vossa Excelência. Eu também fiz um pedido no mesmo sentido; e a informação que eu tenho é que a Secretaria de Estado de Fazenda está efetivamente estudando o Refis. Em Mato Grosso do Sul existem mais de seiscentos mil veículos com IPVA atrasado. Somente em Dourados são mais de cinquenta e cinco mil veículos com documentação atrasada; é um valor absurdo para o Estado, Deputado Paulo Corrêa. Quando os veículos são apreendidos, principalmente as motocicletas, as pessoas nem procuram retirar esse veículo, porque o valor relacionado aos débitos é maior do que o próprio bem. Então esses bens ficam apodrecendo nos pátios das delegacias e dos Detrans; depois eles são vendidos como sucatas. Então seria inteligente imaginar que é muito mais interessante fazer um Refis de longo prazo. Refis de dez meses não resolve, Deputado Pedro Kemp, tem que ser um prazo elástico que caiba no bolso da pessoa. É muito mais interessante para o Estado receber um valor pequeno, que na somatória gera um valor expressivo ao longo do mês, do que apreender esses veículos que acabarão sendo leiloados por setecentos reais como sucatas, e que nos casos de motocicletas serão leiloadas por duzentos e cinquenta ou trezentos reais. Eu acredito que é importante somar esforços, porque isso é bom para o contribuinte, e melhor ainda para o Estado, em vez de sucatear para leiloar, pois a organização do leilão custa caro. E esse parcelamento possibilitaria as pessoas a terem seu instrumento de trabalho, sendo que as motos e carros levam o trabalhador para o seu trabalho. Eu parablenizo Vossa Excelência e me somo a esse esforço, para que efetivamente possamos ter um Refis.

DEPUTADO PEDRO KEMP - Muito obrigado, Deputado Barbosinha. Sua colocação foi perfeita e demonstrou bem o tamanho do problema. Os pátios dos Detrans e das delegacias estão abarrotados de automóveis e de motocicletas, e as pessoas realmente precisam dessa oportunidade. Esse valor é bastante expressivo, e o Governo do Estado vai ter a vantagem de poder receber essas dívidas atrasadas do IPVA. Vamos nos somar nesta solicitação, para que o Governo do Estado envie para a Assembleia Legislativa um programa de recuperação fiscal do IPVA. Senhor Presidente, eu quero agora manifestar a minha tristeza, indignação e revolta com uma notícia que eu recebi hoje pela manhã, sobre a morte do Gustavo Lima, filho de uma amiga muito querida, a Senhora Tânia Lima. Eu fiquei consternado com essa notícia. Ele era um dentista que no dia 21 de agosto sofreu um ato de homofobia, de discriminação por conta da sua orientação sexual. Ele estava trabalhando como voluntário, fazendo a vacinação de pessoas aqui no Centro de Convenções Albano Franco, e no momento em que foi vacinar uma jovem, a sua mãe impediu que ele vacinasse a sua filha, dizendo que ela não seria vacinada por esse tipo de gente, um "veado"; foi assim que ela falou. Eu fiquei impressionado, porque a Secretaria Municipal de Saúde praticamente não fez nada, sendo que esse era um fato que deveria ter sido investigado, porque essa pessoa que discriminou o Senhor Gustavo Lima teria que responder por esse ato. A homofobia mata as pessoas, é um comportamento reprovável e criminoso. Infelizmente no Brasil ainda não temos no Código Penal o crime de homofobia, por conta da hipocrisia de muitos Parlamentares que ainda não tiveram a coragem de colocar isso na Constituição Federal e no Código Penal. O Supremo Tribunal Federal teve que considerar a lei antirracismo para poder

aplicá-la aos casos de homofobia, por isso o crime de homofobia está incluído na lei de crime racial. Mas a homofobia é grave, inaceitável e mata; e o caso do Gustavo Lima é um exemplo, pois nesta madrugada ele foi encontrado morto pelo seu irmão, em sua casa. Ele, que houvera sido vítima de homofobia, já tinha problemas de depressão; esse problema se agravou, e ele estava tomando mais medicamentos antidepressivos. A mãe dele, minha amiga Tânia, foi a força que esse menino precisava para denunciar isso para a sociedade. Isso foi denunciado aqui na Assembleia, na Câmara Municipal, e correu Brasil afora, além das redes sociais, gerando muita revolta e indignação das pessoas. E hoje recebemos a trágica notícia de que esse menino foi encontrado morto na sua casa, de madrugada. Isso chega a doer o coração, Presidente. O menino era um dentista, era um rapaz decente, trabalhador, estudioso e amoroso para com sua família. Hoje o irmão dele disse: "Perdi minha vida, perdi tudo o que eu tinha. Se alguém tivesse a oportunidade de ter tido um irmão como eu tive... Eu queria que todos tivessem um pouco do Gustavo". A família está realmente sentindo uma dor muito grande, está sofrendo muito com a morte do Gustavo. E eu queria, Senhor Presidente, que esse fato servisse de alerta. A sociedade precisa parar com esse tipo de discriminação, seja por conta da cor, da orientação sexual, da religião ou da posição política e ideológica. Isso é inadmissível! Nós temos que viver harmonicamente, e precisamos de uma sociedade solidária, que respeite as diferenças. É errado usarmos a expressão "opção sexual", porque ninguém escolhe ser heterossexual, homossexual ou qualquer outra coisa. Não é uma questão de escolha. Estou falando como psicólogo; o certo é "orientação sexual". A pessoa que é homossexual não escolheu ser dessa forma, e ela tem que ser respeitada como ser humano, como pessoa que tem uma orientação sexual diferente das outras, mas é um ser digno que merece respeito. Então eu lamento muito que a Secretaria Municipal de Saúde não tenha usado de agilidade para investigar, para saber a identidade da pessoa que cometeu esse crime, para que ela pudesse responder e pagar, porque isso ceifou a vida do Gustavo Lima. Então, Senhor Presidente, quero deixar aqui a minha indignação e, ao mesmo tempo, esse alerta à sociedade: não vamos discriminar ninguém por qualquer razão. Vamos ser tolerantes, fraternos com as pessoas e vamos acolher os diferentes. A diferença não pode diminuir ninguém, pois temos a mesma dignidade como seres humanos. Era isso, Senhor Presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE - Agradeço, Deputado. Com a palavra o ilustre o Deputado Amarildo Cruz. Está sem som, Deputado. Deputado Amarildo Cruz, sua fala poderá ser na próxima sessão? Diga sim ou não, porque eu não estou entendendo. Pode ser para a próxima sessão? Está totalmente sem som, Deputado. Deputado Amarildo Cruz, eu solicito que Vossa Excelência se pronuncie na próxima sessão. Considere-se o primeiro inscrito nas Explicações Pessoais da próxima Sessão. Deputado, isso também aconteceu com o Deputado Gerson Claro. Eu solicito a compreensão de Vossa Excelência. Encerro a presente Sessão Ordinária. Até a próxima sessão, Senhores Deputados. Obrigado (10h29min).